
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho descreveu características da segregação residencial por raça na região metropolitana de São Paulo (RMSP), maior metrópole brasileira. Demonstramos, através de variadas metodologias, os contornos e especificidades deste fenômeno e argumentamos que a segregação entre negros e brancos em São Paulo corresponde à estrutura racial da sociedade brasileira, cujas hierarquias e distâncias contribuí para manter.

Comparações com situações de segregação racial típicas de cidades norte-americanas, aliadas a ideologia de dissimulação das formas de manifestação do racismo no Brasil, têm alimentado discursos que, seja no senso comum ou mesmo na academia, desprezam a importância da segregação enquanto traço característico das relações raciais em nosso país. Esta pesquisa posiciona-se contrariamente a tais discursos, apresentando evidências e argumentos acerca da relevância da segregação por raça na maior cidade brasileira, ensejando estudos mais aprofundados sobre este objeto pela sociologia das relações raciais e pelas pesquisas sobre questões urbanas.

A temática da segregação costuma ser abordada pela sociologia enquanto segregação residencial, ou seja, a partir da perspectiva da separação das moradias e das relações constituídas entorno do espaço habitado. O estudo da segregação

residencial, nas mais diversas partes do mundo, tem recebido forte influência da sociologia dos Estados Unidos, onde este é um objeto de pesquisa tradicional, alvo da atenção do debate público e acadêmico desde a clássica escola de Chicago, cujas principais obras datam do início do século XX. Esta tradição de pesquisas fixou a principal premissa segundo a qual costuma-se interpretar a segregação: a de que as distâncias físicas entre grupos sociais correspondem a distâncias sociais. Partindo deste pressuposto, as pesquisas sobre segregação têm se concentrado no espaço residencial e dado grande ênfase às possibilidades de interação entre membros de diferentes grupos no contexto da vizinhança, entendida como esfera privilegiada para sociabilidade. Na segunda metade do século XX, com a influência do paradigma da economia política na sociologia norte-americana, a concentração de determinados grupos sociais pobres em espaços residenciais restritos passou a ser pensada, também, através da perspectiva das desigualdades e do acesso a recursos e oportunidades.

A partir deste debate, argumentamos que há duas dimensões que definem a importância da segregação residencial enquanto problemática de pesquisa sociológica. Uma delas é a dimensão da integração, na qual a proximidade ou distância entre as moradias implicariam em distintas possibilidades de contatos e relações sociais entre membros de diferentes grupos. A outra é a dimensão do acesso, segundo a qual a localização das residências num dado contexto urbano determinaria desigualdades de acesso a recursos e oportunidades disponíveis na cidade. A maior parte dos estudos sobre segregação não descreve diretamente tais dimensões, uma vez que conclusões a respeito de integração e acesso costumam ser inferidas a partir da análise das localizações das habitações dos diferentes grupos e classes sociais.

Enfocar as dimensões de integração e acesso implica em reconhecer que o estudo da segregação deve ir muito além dos diferenciais de localização das residências, que pautam as mais tradicionais técnicas de mensuração. Ao fixar-nos apenas nestas formas de mensuração nos arriscamos a perder de vista diferenças qualitativas entre os espaços da cidade, como suas características de centralidade, de valorização da localização ou de composição social. Mais do que isso, análises baseadas somente nos resultados de indicadores não especificam as experiências dos sujeitos e a forma como diferentes pessoas lidam com “situações de segregação” específicas e com as oportunidades e limitações colocadas a elas em função do espaço onde habitam.

Desta forma, neste estudo a mensuração de tais diferenciais foi encarada como um ponto de partida, como um componente de um conjunto de diversos

elementos empíricos que, reunidos, permitem-nos explorar as diversas facetas e formas de manifestação do fenômeno. Empregamos diferentes abordagens visando não apenas compor uma descrição mais abrangente da segregação na região metropolitana de São Paulo, mas também buscando propor alternativas metodológicas pertinentes a este objeto de estudo. Assim, empreendemos nossa investigação através de dois “movimentos empíricos”. O primeiro, mais tradicional, baseado na mensuração das desigualdades raciais e da segregação residencial a elas relacionada, a partir de dados censitários. Um segundo, mais “inovador”, consistindo em uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas que combinou o levantamento de trajetórias individuais com foco nos lugares da cidade onde se desenrolam as histórias de vida, a identificação dos locais frequentados pelos indivíduos no espaço da metrópole, e a coleta das redes pessoais dos sujeitos entrevistados, com subsequente mapeamento dos locais de moradia dos membros de suas redes.

No primeiro “movimento empírico”, antes da segregação residencial propriamente dita, apresentamos uma análise das disparidades raciais na estratificação social da região metropolitana de São Paulo. Foram identificados importantes avanços na cobertura do sistema educacional, com crescimento de negros com diploma de ensino superior, bem como exercendo ocupações que requerem tais credenciais. No entanto, a queda da desigualdade racial de renda foi desprezível. Além disso, apesar do crescimento da proporção dos negros nas categorias ocupacionais de empregadores e de profissionais, estes continuam a ser uma minoria fortemente sub-representada nestas ocupações de maior prestígio. Aliás, se ponderarmos o crescimento da proporção de negros em tais ocupações pelo crescimento da proporção de indivíduos que se autoidentificam como pretos e pardos na população, dificilmente poderíamos falar de um crescimento real da participação de negros nas classes médias.

Na sequência, empregamos técnicas quantitativas variadas de medição da segregação, com foco na localização e distribuição das residências pelo espaço urbano: indicadores sintéticos, georreferenciamento, técnicas de regressão, etc. Através da variabilidade das técnicas, pudemos assim compensar deficiências das formas de mensuração e tirar proveito das potencialidades de cada uma. O índice de dissimilaridade, por exemplo, resulta em valores únicos para toda a aglomeração urbana analisada, favorecendo comparações entre cidades e análises de transformações do fenômeno no tempo histórico. O quociente locacional, na medida em que fornece os montantes da concentração de cada grupo social em cada uma das áreas da metrópole permite-nos identificar quais áreas

apresentam maior ou menor concentração de cada grupo, bem como mensurar correlações de concentração dos grupos nos mesmos espaços. Com ambos indicadores revelamos *o quanto* há de segregação racial. A partir dos resultados dos quocientes locacionais, construímos *LISA Maps*. Tratam-se de mapas baseados em indicadores de autocorrelação espacial que evidenciaram em quais espaços da metrópole cada grupo se concentra – “*o onde*”. Por fim, através de técnicas de análise de regressão, construímos modelos de realização locacionais que permitem-nos identificar e comparar o quanto que cada variável individual (como raça, gênero, ocupação, escolaridade, etc.) se associa com características das áreas de residência.

Com este instrumental, demonstramos de distintas maneiras os contornos da segregação residencial entre negros e brancos na RMSP e a continuidade desta segregação entre 2000 e 2010. Explicitamos que a segregação racial é baixa entre os mais pobres, mas é bem significativa em camadas médias e altas. Os espaços residenciais da classe média branca estão particularmente isolados dos pobres e dos negros, mesmo daqueles também de classe média. Os negros de classe média apresentam significativa dispersão pelo espaço da metrópole, estando, contudo, mais próximos dos pobres. Assim, ultrapassando a querela sobre se a segregação no Brasil seria por raça ou por classe social, expusemos evidência de que se trata de segregação residencial por raça e classe.

Além disso, ao mapear as principais concentrações de negros e brancos de classe média, notamos que são grandes as distâncias físicas entre ambos, cada grupo se concentrando em distintas “regiões” da metrópole – os brancos principalmente nas áreas nobres e os negros fora delas. Em outras palavras, na metrópole de São Paulo, negros e brancos de classe média concentram-se, não apenas em áreas *distintas*, mas também em áreas *distantes* umas das outras.

Contudo, conforme argumentamos acima, buscamos ir além dos indicadores residenciais com o objetivo de nos aproximar mais das dimensões de integração e acesso, articuladas à segregação residencial. Em linha com estudos recentes que pretendem renovar a pesquisa sobre segregação considerando deslocamentos e redes sociais e empregando sistemas de informação geográfica para mapear as práticas sociais, colocamos perguntas como: Partindo de seus locais de moradia, onde as pessoas vão? Onde e com quem elas constroem seus relacionamentos sociais? A partir de questões como estas mapeamos os “territórios de práticas e relações” dos sujeitos, buscando asseverar o quanto que a localização das residências e a raça contribuem para moldar as feições destes territórios e os limites das relações e mobilidades constituídas no espaço urbano. Assim, bus-

camos tratar de segregação levando em conta as possibilidades de mobilidade dos indivíduos no espaço urbano, a constituição de redes de relações para além do espaço da vizinhança e o modo como uma mesma situação de segregação residencial pode engendrar diferentes experiências individuais (a depender de variáveis como raça e gênero, por exemplo).

Os “territórios de práticas e relações” foram operacionalizados na forma de “redes de pessoais e locais” de cada indivíduo. Ou seja, realizamos uma coleta de dados primários na qual levantamos redes pessoais com as localizações das moradias dos respectivos componentes e arrolamos os locais frequentados por cada indivíduo entrevistado. Esta coleta de informações deu-se através de uma pesquisa qualitativa na qual entrevistamos 28 indivíduos negros e brancos de classe média residentes de São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi, dos quais mapeamos suas respectivas “redes de pessoas e locais”. A partir da análise destes dados, averiguamos como a localização das residências organiza diferentes possibilidades de acesso à cidade e diferentes modos de integração racial e social, e como que a raça é um elemento relevante na diferenciação das experiências urbanas dos sujeitos, mesmo em se tratando daqueles que moram em um mesmo bairro.

Como resultados substantivos da análise das redes de relacionamentos e dos locais para onde os entrevistados se deslocam, notamos que, conforme esperávamos, a vizinhança não é um contexto significativo para o conjunto das relações pessoais dos indivíduos. Não obstante, o espaço é muito importante para a conformação das “redes de pessoas e locais”, o local de moradia é fator organizador dos territórios de práticas e relações dos indivíduos. A maior parte dos locais onde moram os componentes das redes e dos locais frequentados pelos entrevistados localizam-se no distrito ou no entorno do distrito onde residem os entrevistados. Ou seja, validamos as abordagens tradicionais que investigam a segregação a partir das localizações das moradias. Comprovamos, portanto, que a segregação é residencial, mas não só.

A consequência mais geral disso é que, se o lugar da residência limita circuitos e relações sociais e uma vez que a análise de dados quantitativos demonstrou as segmentações espaciais na localização das residências de brancos e negros, daí decorrem segmentações espaciais nos circuitos e relações de negros e brancos. Em outras palavras, as longas distâncias físicas entre as residências de negros e brancos de classe média na RMSP se refletem em significativas diferenças nas redes pessoais e nos locais frequentados pelos indivíduos entrevistados. Assim, a partir do isolamento residencial dos brancos de classe média

revelado no capítulo 2 foi possível notar uma sobreposição de outros isolamentos raciais, sociais e espaciais. Brancos de classe média habitam espaços preponderantemente brancos e de classe média, relacionam-se com brancos de classe média e circulam por áreas nobres onde predominam brancos de classe média. Ou seja, na medida em que negros e brancos estão residencialmente segregados, são segregadas também suas redes pessoais e locais frequentados.

De modo mais específico, identificamos uma tendência de homofilia racial nas redes. Ou seja, brancos possuem comparativamente mais brancos e negros possuem mais negros em suas redes. Além disso, independentemente do local das entrevistas (seja em São Miguel Paulista, no Tatuapé ou no Itaim Bibi), os brancos possuem maior frequência em regiões nobres da metrópole do que os negros e se relacionam mais com brancos moradores dessas regiões. Ou seja, a apropriação e o uso do espaço urbano é racialmente diferenciado, e isso não decorre apenas da localização das residências. Tratam-se de reforçadas evidências de coesão social por parte dos brancos de classe média e de limitações às possibilidades dos negros compartilharem espaços e círculos sociais com os brancos de classe média. Percebemos, assim, barreiras interpostas aos negros no que tange a sua integração na classe média e seu acesso à cidade.

Estes achados se conformam à interpretação de que as clivagens raciais identificadas no espaço guardam forte relação com as hierarquias raciais na sociedade brasileira. Diversos intérpretes das relações raciais no Brasil têm apontado uma segmentação entre “classes médias brancas” e “classes pobres multiraciais” nas palavras de Edward Telles ou, em termos weberianos mais clássicos, entre os grupos de status “brancos-ricos” e “pretos-pobres” segundo Thales de Azevedo. Portanto, considerando que a manutenção da honra estamental é calcada em distância e exclusividade, as diferenças nas localizações residenciais, na composição das redes e nos locais frequentados realimentam a diferenciação entre grupos definidos pela sobreposição entre classe, raça e espaço. Tal perspectiva realça o papel do espaço urbano em processos de fechamento social que reforçam barreiras à integração de negros nas classes médias. As classes médias se organizam como grupos de status cujas fronteiras são fortemente baseadas em características raciais, em círculos de sociabilidade (ou “comensalidade”, como em Weber) e também no espaço urbano (habitado e frequentado).

Com tais achados e argumentos, este trabalho buscou contribuir para a constituição de agendas de pesquisa sobre segregação por raça no Brasil e sua importância para as relações raciais em nosso país. O próprio emprego combinado de técnicas quantitativas e qualitativas como formas de abordagem da

segregação pode ser tomado como importante resultado e inovação desta pesquisa. Além disso, investigações acerca de diferenciais raciais em redes pessoais e em trajetos urbanos representam um terreno ainda pouco explorado na sociologia brasileira. Nossos procedimentos, técnicas e achados de pesquisa, além das lacunas e problemas enfrentados, devem suscitar questões tendo em vista o desenvolvimento de novas práticas e problemáticas de pesquisa no campo da sociologia das relações raciais do Brasil.

Assim, é possível que tais resultados decorram de especificidades da estrutura urbana de São Paulo, bem como do fato de esta ser uma metrópole de enormes dimensões que impõe grandes distâncias físicas, separando pessoas e lugares. São necessárias, portanto, investigações comparativas com outras cidades brasileiras e estrangeiras, visando a corroborar uma teoria geral mais abrangente sobre a segregação por raça no Brasil. Além disso, a sociologia das relações raciais pode se beneficiar de estudos enfocando a relação da segregação por raça no espaço urbano com processos regionais de racialização e constituição de hierarquias raciais. Isto enseja, também, estudos que deem especial atenção para a importância da forma e da estruturação do espaço urbano e do tamanho das aglomerações para as possibilidades de integração entre negros e brancos, acesso à cidade e reprodução das desigualdades raciais.

O fato das relações e trajetos individuais concentrarem-se em “regiões” de média escala (conjuntos de distritos) no espaço da metrópole requerem pesquisas localizadas, não na escala do bairro, mas acerca das relações entre diferentes grupos convivendo nessas “regiões”. Assim, o conjunto de métodos que empregamos pode ser aplicado em muitos outros contextos locais (em São Paulo e em outras cidades). Por exemplo, na RMSP, revelamos significativas concentrações de negros de classe média em bairros constituídos a partir de políticas públicas de moradia e marcados pela existência de conjuntos habitacionais. O aprofundamento de investigações nestes contextos pode permitir avanços nas reflexões sobre o papel das políticas habitacionais na conformação de padrões de segregação racial, a importância destas políticas para ascensão social e para a inclusão de negros nas classes médias, as condições urbanas que podem favorecer ou impedir a manutenção destas posições socioeconômicas por parte dos negros, bem como a integração deles em estratos sociais mais favorecidos.

As evidências de homofilia racial aqui expostas representam um raro dado empírico sobre diferenças raciais em redes sociais no Brasil. Estes indícios colocam a exigência de mais estudos sobre redes sociais visando averiguar os

aspectos das segmentações raciais na sociabilidade. Trata-se de uma fronteira na sociologia das relações raciais no Brasil.

Além disso, os desenvolvimentos contemporâneos em sistemas de informação geográfica favorecem o mapeamento destas redes, bem como das diversas práticas sociais, trajetos e locais frequentados, ensejando grandes avanços em pesquisas sobre as maneiras pelas quais os mais diversos grupos e frações de classe se apropriam diferencialmente do espaço urbano.

O foco dado neste trabalho aos diferenciais entre negros e brancos de classe média não deve, de maneira nenhuma, implicar numa omissão com relação à pobreza e às condições das populações negras pobres. O fato de ser fraca a segregação racial nas classes mais baixas não significa a segregação racial na pobreza não deve ser foco de atenção. Ainda mais considerando a nossa constatação de que, entre os muito pobres, ou seja, aqueles com renda domiciliar menor do que um salário-mínimo, houve aumento da segregação por raça entre 2000 e 2010. Assim, a segregação racial nestes estratos e seus impactos perniciosos deve estar continuamente na pauta de estudos sobre questões raciais e urbanas.

Apontamos, outrossim, a necessidade do desenvolvimento de pesquisa brasileiras sobre discriminação no mercado imobiliário e diferenças raciais em processos de escolha de locais de moradia e aquisição da habitação; sobre consequências da segregação que ultrapassem as relações de vizinhança; sobre modos pelos quais a segregação residencial pode fomentar estilos de vida e identidades raciais e de classe.

A proposição desta pluralidade de agendas de pesquisa decorre de um trabalho de pesquisa e reflexão que teve em seu horizonte uma tentativa de expansão das vias de questionamento do campo da sociologia das relações raciais no Brasil, desenvolvendo investigações e interpretações sobre as articulações entre segregação residencial e a estrutura de hierarquias raciais de nossa sociedade. Introduzimos novas metodologias de pesquisa em nosso campo, que devem animar muitas outras práticas de investigação. Esperamos, com isso, ter realizado a tarefa sociológica de desvelamento de estruturas de manutenção dominação racial em nossa sociedade e, conseqüentemente, favorecer a transformação de tais estruturas.